

PESQUISAS SOBRE AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM EM PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA
RESEARCHES ON LEARNING ASSESSMENT IN POLITICAL-PEDAGOGICAL PROJECTS OF BRAZILIAN PUBIC SCHOOLS: A SYSTEMATIC REVIEW

*Paulo Sérgio Pereira BAGESTERO*¹

*Francieli Dambrós De OLIVEIRA*²

*Daniel Henrique ROOS*³


*Robson Luiz PUNTEL*⁴


Resumo: Esse trabalho é uma revisão sistemática da literatura com o propósito de reunir e analisar as publicações científicas nacionais que versam sobre avaliação da aprendizagem e projeto político-pedagógico concomitantemente. Duas revisões foram realizadas em momentos distintos pelo grupo de pesquisadores, seguindo o protocolo previsto no Manual da *Cochrane Collaboration* (2011), adicionando uma reunião de consenso (Segura-Muñoz *et al.*, 2002) para resolver situações de divergência entre os pesquisadores. Utilizaram-se descritores existentes no *Thesaurus* da Educação Brasileira e o Portal de Periódicos da CAPES como base de dados. Como resultado, tivemos quarenta e quatro artigos encontrados. Após a leitura do resumo desses trabalhos, trinta e sete artigos foram rejeitados por incidirem nos critérios de exclusão previstos (não contemplar a Educação Básica, não fazer análise de Projeto Político-Pedagógico, não serem artigos, serem artigos de revisão, estarem repetidos e não estarem discutindo avaliação da aprendizagem). Os trabalhos restantes foram lidos na íntegra para nova análise e, por possuírem critérios de exclusão, todos foram excluídos. Os resultados nos indicam que, apesar da popularidade da temática em discussões, seminários, encontros e fóruns de educação, é diminuto o volume de publicações científicas investigando os processos de produção e manifestação da avaliação nos projetos político-pedagógicos da escola básica.


Palavras-chave: Revisão sistemática. Projeto político-pedagógico. Avaliação da aprendizagem.


INTRODUÇÃO

Ao se discorrer sobre educação, ensino, aprendizagem e temáticas correlatas, é relevante notarmos que o sistema educacional brasileiro é consolidado a partir de diversas leis, normas e regulamentações que o organizam. Dentre esses documentos,

¹ Mestre em Educação (Universidade Federal do Pampa – campus Uruguaiiana -, 2019). E-mail: paulospbagestero@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0002-0279-8920>.

² Mestranda em Educação (Universidade Federal do Pampa – campus Uruguaiiana). E-mail: dambrosfrancieli@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0002-4535-238X>.

³ Doutor em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (2011); professor da Universidade Federal do Pampa. E-mail: danielroos@unipampa.edu.br.  <https://orcid.org/0000-0002-3413-8863>.

⁴ Doutorado em Ciências Biológicas pela Universidade Federal de Santa Maria (2008); professor na Universidade Federal do Pampa - campus Uruguaiiana. E-mail: robsonunipampa@gmail.com.  <https://orcid.org/0000-0001-9047-2906>.

<https://doi.org/10.36311/2236-5192.2020.v21n01.08.p108>

sobressaem-se os Projetos Político-Pedagógicos das escolas, conhecidos como PPP, em virtude das suas características únicas e intransferíveis pois tem por objetivo representar fielmente o contexto histórico e microssocial da escola e, por conseguinte, da comunidade que dela participa.

Quando expandimos nossa percepção em direção à construção de um Projeto Político-Pedagógico atualmente é importante evidenciar o quanto os currículos têm se modificado no decorrer das últimas décadas, deixando o foco da memorização de conteúdos e rotinas procedimentais e buscando mobilizar e integrar conhecimentos diversos em busca de soluções para problemas reais (FERNANDES, 2004). Levando em conta essa nova perspectiva curricular, é evidente a necessidade de que a avaliação deve estar alinhada aos novos requisitos do currículo. Luckesi retrata muito bem essa situação, quando nos traz que

O ponto de partida para se atuar com avaliação é saber o que se quer com a ação pedagógica. [...] Ou seja, precisamos definir com clareza o que queremos, a fim de produzir, acompanhar (investigar e intervir, se necessário) para chegar aos resultados almejados. (LUCKESI, 2011, p.27)

Assim, a produção do Projeto Político-Pedagógico deve basear-se no fato de que esse documento é orientador dos objetivos de formação dos educandos e também orienta a prática avaliativa que conduzirá o processo de formação e aprendizagem. A inserção no PPP das concepções de avaliação da aprendizagem da comunidade escolar representada traz não apenas o reflexo das discussões tomadas sobre o tema, mas também subsídios para que futuras discussões para renovação do PPP tenham um ponto de partida cada vez mais avançado no sentido técnico e filosófico de percepção do assunto. Segundo Sacristán (2000) o currículo não está materializado apenas nas disciplinas pré-definidas do plano de ensino, mas ainda na sua forma de organização, em como se pensa o desenvolvimento das disciplinas e das relações entre ela, o que culmina na definição da concepção curricular da escola. A partir dessas concepções curriculares o projeto educativo da escola e, por conseguinte, as ações pedagógicas – onde se inclui a avaliação da aprendizagem – orientam-se.

Talvez a discussão sobre os PPP resulte em novas (e melhores) práticas em educação quando compreendermos as formas de avaliação manifestadas no documento. A avaliação é importante ponto de reflexão para a melhoria dos processos relacionados à formação escolar dos estudantes e, ainda, a concepção de avaliação da aprendizagem tem sofrido quebras de paradigma durante a história da Educação.

Tomando por base o estudo de Guba e Lincoln (1989) temos quatro gerações na avaliação e, infelizmente, o padrão de testes, provas e exames de caráter psicométrico, com o objetivo de promoção ou reprovação dos estudantes (modelo de avaliação vigente em inúmeras situações que presenciamos) é o modo mais antiquado de avaliação da aprendizagem. Necessitamos superar a reprodução dessa forma de avaliação para outras que busquem transferir a centralidade do processo do avaliador para o avaliado,

procurando compreender o desenvolvimento do aluno frente ao programa de estudo, julgando a eficácia do programa e adaptando o com o objetivo de aprimorar o aprendizado dos estudantes que não estão alcançando os objetivos propostos.

Nesse contexto, há de se mencionar a importância da pesquisa sobre avaliação da aprendizagem para o aprimoramento das concepções, ferramentas e métodos vinculados a essa ação pedagógica. Assim, especialmente na década de 90, vimos uma expansão das concepções acerca da avaliação da aprendizagem, através de trabalhos de autores como Hoffmann (1993), Luckesi (1995; 2011), Patto (1991), Saul (1994), Villas Boas (1993), entre outros, e que evidenciam seu afastamento de concepções positivistas de avaliação em direção a uma conjuntura na qual a avaliação da aprendizagem objetiva não apenas mensura a capacidade dos alunos memorizarem e replicarem técnicas, procedimentos e informações recebidas durante as aulas, mas transcende isso de forma a contribuir para que o educando desenvolva a capacidade de perceber as implicações sociais de suas ações, a consciência dos aspectos socioculturais envolvidos, e a complexidade da resolução de problemas na realidade.

Também são perceptíveis nessas obras as críticas ao fato de que, embora se pense a avaliação da aprendizagem de forma emancipatória e com objetivo de formação crítico-social de sujeitos, ela continua servindo à discriminação social e à segregação dos estudantes entre aptos e inaptos, promovidos e reprovados.

Levando em consideração a relevância de ambas as temáticas – projeto político-pedagógico e avaliação da aprendizagem – e, pela ausência de uma revisão que traga uma síntese dos trabalhos publicados cuja pesquisa envolva a presença e as concepções da avaliação da aprendizagem em PPPs de escolas brasileiras, compreendemos a importância da produção de uma revisão sistemática das pesquisas sobre essa temática, para que sirva de referência visando a expansão e o avanço da discussão no âmbito científico acerca do quanto e de que forma as pesquisas sobre avaliação da aprendizagem estão alcançando o perímetro da escola básica.

A partir do contexto exposto, esse trabalho traz uma revisão sistemática acerca da produção acadêmica dos últimos quinze anos que versa sobre as abordagens da avaliação da aprendizagem em Projetos Político-Pedagógicos, em busca de analisar o propósito dos estudos, as percepções acerca do tema, as metodologias de pesquisa e sintetizar os principais resultados obtidos.

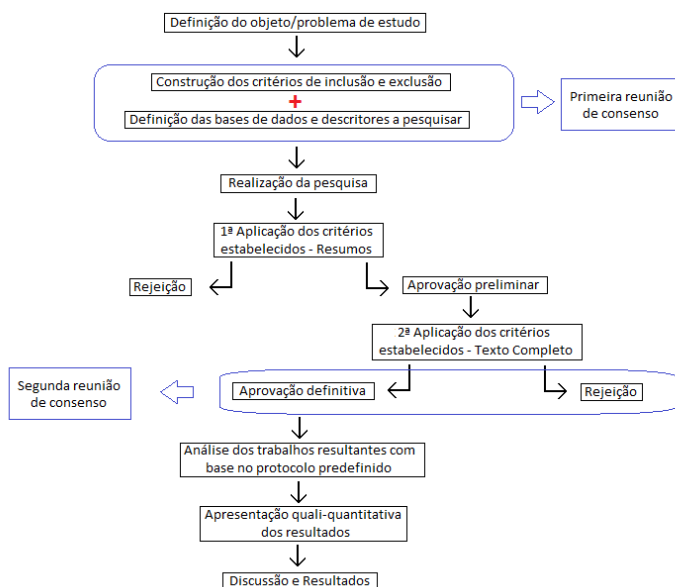
Essa revisão teve por objetivo conhecer os tipos de artigos publicados acerca das temáticas “Avaliação” e “Projeto Político-Pedagógico” e, em específico, aqueles que relacionam esses dois temas a partir do estudo documental em escolas públicas de Ensino Fundamental das redes de ensino brasileiras. Tal objetivo buscou responder a perguntas como: a) existem estudos sobre as formas como a avaliação da aprendizagem está representada no Projeto Político-Pedagógicos de escolas de Ensino Fundamental? b) Existe relação entre a concepção curricular escolar e as práticas, instrumentos e concepção de avaliação de aprendizagem nesses trabalhos? c) Como

foram selecionadas as escolas nessas pesquisas? d) Que soluções foram propostas para os problemas encontrados? e) Essas soluções são aplicáveis em outros casos?

METODOLOGIA

Esse trabalho de revisão sistemática seguiu o protocolo metodológico previsto no Manual Cochrane⁵ (HIGGINS; GREEN, 2011) estabelecido em uma rotina de oito etapas sequenciais:

- i. Definir a(s) questão(ões) de revisão e definir os critérios de inclusão e exclusão de pesquisas;
- ii. Desenvolver a pesquisa de trabalhos;
- iii. Selecionar os trabalhos e coletar os dados;
- iv. Avaliar o risco de viés nos estudos incluídos;
- v. Analisar os dados e realizar a meta-análise;
- vi. Lidar com os vieses de relatório;
- vii. Apresentar resultados e tabela-resumo de descobertas;
- viii. Interpretar os resultados e construir conclusões.



O fluxo de trabalho para a realização da revisão sistemática está ilustrado na Figura 1.

Figura 1: Diagrama do processo de revisão

Fonte: (Adaptado de Segura-Muñoz et al, 2002)

⁵ Disponível em <http://handbook-5-1.cochrane.org>.

A revisão foi feita individualmente por dois pesquisadores com a finalidade de trazer maior rigor à pesquisa. Ela foi efetuada pela primeira vez no mês de janeiro de 2019 e foi repetida em julho de 2019 com o objetivo de atualização dos resultados obtidos. Houve reunião entre os dois pesquisadores para o desenvolvimento em consenso dos critérios de inclusão e exclusão e dos descritores em momento que antecedeu as etapas (i) e (ii). Também fizemos nova reunião de consenso durante a etapa (iii), buscando resolver possíveis divergências de aplicação dos critérios de exclusão durante a seleção das pesquisas a terem seus dados coletados (SEGURAMUÑOZ *et al*, 2002). As discordâncias sobre inclusão ou exclusão de trabalhos foram resolvidas nessa reunião.

Assim, em primeiro lugar foi definida a seguinte questão de revisão: “Quais as principais características das pesquisas acerca da abordagem da avaliação da aprendizagem nos Projetos Político-Pedagógicos de escolas públicas brasileiras de Ensino Fundamental?”. Essa pergunta buscou abordar de forma abrangente quaisquer pesquisas sobre PPP e focadas na coleta de dados em função de conceitos relacionados ao quesito avaliação da aprendizagem.

Ainda atendendo ao requisito da etapa (i) do protocolo, foram definidos os seguintes critérios de exclusão: pesquisas de revisão da literatura; pesquisas realizadas em ambientes não-escolares; pesquisas realizadas em escolas estrangeiras; pesquisas realizadas em escolas cujo nível de ensino não fossem o Ensino Fundamental. Esses critérios foram estipulados visando buscar aspectos já identificados por pesquisadores acerca da temática avaliação ao estudar os Projetos Político-Pedagógicos de escolas públicas de nível Fundamental, reconhecer estratégias e procedimentos utilizados e, por fim, prospectar potenciais fontes de dados – e consequentes resultados – ainda não explorados pela ciência.

No mesmo contexto, estabelecemos como critérios de inclusão as seguintes características: estar no banco de dados disponível no Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior⁶ (CAPES) por intermédio de acesso remoto via Comunidade Acadêmica Federada (Acesso CAFE); estar referenciado com os descritores “Projeto Político-Pedagógico”, “Projeto Pedagógico da escola”, “Avaliação da aprendizagem” e “Avaliação escolar”.

O passo seguinte, correspondente à etapa (ii) do protocolo, foi a execução da pesquisa buscando atender aos critérios anteriores. Para esse fim, os descritores citados estão todos presentes no Thesaurus Brasileiro da Educação⁷ (Brased), o que traz maior robustez e segurança aos resultados da pesquisa. Esses descritores inicialmente foram utilizados individualmente para conhecer o volume de publicações existentes com a presença de cada um. Em seguida, utilizamos diversas sentenças booleanas – conforme

⁶ Disponível em <http://www.periodicos.capes.gov.br>.

⁷ Disponível em <http://inep.gov.br/thesaurus-brasileiro-da-educacao>.

o Quadro 1 – com o objetivo de filtrar nossos resultados em busca dos artigos melhores relacionados às características buscadas, assim como deixar evidente a proporção de trabalhos cujo escopo está vinculado a todos os descritores buscados conjuntamente.

Quadro 1 – Combinações Booleanas utilizadas

Ordem de pesquisa	Sentença booleana
1 ^a	“Projeto Político-Pedagógico” OR “Projeto pedagógico da escola”
2 ^a	“Avaliação da aprendizagem” OR “Avaliação escolar”
3 ^a	(“Projeto Político-Pedagógico” OR “Projeto pedagógico da escola”) AND (“Avaliação da aprendizagem” OR “Avaliação escolar”)

Decorrida esta etapa de pesquisa, fizemos a leitura dos resumos de todos os documentos disponibilizados pelo Portal ao utilizarmos a terceira sentença booleana do Quadro 1 visando verificar a existência ou não dos critérios de exclusão que estipulamos. Os artigos mantidos após essas etapas foram lidos na íntegra de forma a estabelecer um segundo filtro de critérios de exclusão, mais profundo que o filtro anterior aplicado nos resumos, em busca de artigos mais proveitosos na coleta de dados para atender à pesquisa proposta. Os artigos que, por intermédio de sua leitura, demonstraram possuir características consideradas critérios de exclusão foram removidos. A metodologia planejada para as etapas (iv) e (v) - abaixo descritas - não pôde ser aplicada, por motivos que serão descritos adiante.

A organização para avaliação de risco de viés nos estudos incluídos foi construída a partir de uma lista de verificação (CAPS UK, 2018) contendo dez itens a serem considerados na avaliação da qualidade dos estudos. Dentre essas perguntas, nove podem ser respondidas com “Sim”, “Não” ou “Impossível dizer”. A última questão tem um caráter mais descritivo. As questões estão divididas em três seções na forma do Quadro 2.

Quadro 2: Lista de verificação de estudos qualitativos

Seção A: Os resultados são válidos?
Pergunta 1: Houve uma expressão adequada dos objetivos da pesquisa?
Pergunta 2: O uso de metodologia qualitativa é apropriado?
Pergunta 3: O projeto da pesquisa foi apropriado para alcançar os objetivos da pesquisa?
Pergunta 4: A estratégia de seleção dos sujeitos da pesquisa foi adequado aos objetivos da mesma?
Pergunta 5: Os dados foram coletados visando responder o problema de pesquisa?
Pergunta 6: A relação entre pesquisador e participantes foi adequadamente considerada?
Seção B: Quais foram os resultados?
Pergunta 7: Existem problemas éticos a serem considerados?
Pergunta 8: A análise dos dados foi suficientemente rigorosa?
Pergunta 9: Existe uma exposição clara dos resultados encontrados?
Seção C: Os resultados contribuirão localmente?
Pergunta 10: Quão valiosa é a pesquisa?

Fonte: adaptado de CASP UK (2018)

A partir das respostas às perguntas, atribuiríamos dois pontos às respostas “Sim”, zero ponto às respostas “Impossível dizer” e um ponto negativo às respostas “Não”. Na questão dez, seriam analisados três aspectos: a) se existe discussão relativa à contribuição do estudo para a literatura existente e/ou para as políticas e práticas vigentes no local de pesquisa; b) se foram identificados novos aspectos nos quais se necessita maior aprofundamento de pesquisas; c) os pesquisadores consideraram se e/ou como as descobertas da pesquisa podem ser replicáveis em outras populações. Para essa questão, cada aspecto pode receber de zero a dois pontos.

Para finalizar a etapa (iv), trabalhos avaliados com treze ou mais pontos seriam considerados de boa qualidade metodológica com baixo risco de viés e trabalhos avaliados de nove a doze pontos seriam considerados de qualidade metodológica razoável, sendo apontados os riscos de viés relativos a eles. Trabalhos cuja avaliação resultou em oito ou menos pontos seriam descartados.

Visando cumprir a etapa (v), a metodologia de análise aplicada nos artigos restantes é a Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), por meio da qual buscaríamos categorizar os dados em unidades de interesse, com codificação preferencialmente semântica em relação à codificação linguística. As unidades foram previamente estipuladas, com as intenções de evitar análises tendenciosas e de manter o rigor da pesquisa. As unidades estabelecidas foram: perspectiva de avaliação do pesquisador; perspectiva de PPP do pesquisador; metodologia de amostragem; metodologia de análise, resultados obtidos, inferências produzidas.

Fizemos a verificação de possíveis vieses de relatório no âmbito do viés de duplicidade de publicação e do viés de localização. Por fim, as duas últimas etapas do protocolo *Cochrane* para a execução de uma revisão sistemática foram feitas a partir do uso de figuras, tabelas e quadros com a sequência procedimental da pesquisa, as quantidades de estudos encontrados em cada rotina e com a caracterização dos estudos encontrados, permeados pela discussão acerca dos resultados obtidos. Além disso, as conclusões traçadas no final representam as interpretações dos resultados obtidos nas etapas precedentes.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados obtidos pela primeira pesquisa, executada no mês de janeiro de 2019 estão demonstradas na Tabela 1.

Tabela 1: Resultados obtidos pela primeira pesquisa (Jan/2019)	
DESCRIPTORIOS E VARIÁVEIS UTILIZADOS	RESULTADO
“Projeto político-pedagógico”	925
“Projeto pedagógico da escola”	52
“Avaliação da aprendizagem”	607

“Avaliação escolar”	133
“Projeto político-pedagógico” OR “Projeto pedagógico da escola”	961
“Avaliação da aprendizagem” OR “Avaliação escolar”	716
(“Projeto político-pedagógico” OR “Projeto pedagógico da escola”) AND (“Avaliação da aprendizagem” OR “Avaliação escolar”)	38

Ao verificar os quantitativos da Tabela 1 podemos perceber a grande dimensão de estudos voltados à temática de avaliação, com mais de setecentas correspondências quando utilizamos os descritores “Avaliação da aprendizagem” e “Avaliação escolar” em conjunto. Também são expressivos os números apresentados ao pesquisarmos acerca do projeto político-pedagógico escolar, aproximadamente mil resultados disponíveis no banco de dados escolhido para a pesquisa. Não obstante evidenciarmos esse quantitativo que nos instiga a entender a manifesta preocupação de pesquisadores nas áreas citadas, é flagrante a reduzida relação entre esses assuntos ao considerarmos o resultado obtido ao integrarmos todos os descritores – apenas 3,95% dos trabalhos sobre projeto político-pedagógico ou 5,31% dos trabalhos sobre avaliação.

Tabela 2: Comparação dos resultados das pesquisas de Jan/2019 e Jul/2019

DESCRITORES E VARIÁVEIS UTILIZADOS	Jan/2019	Jul/2019	Dif.
“Projeto político-pedagógico”	925	1027	11,03%
“Projeto pedagógico da escola”	52	54	3,85%
“Avaliação da aprendizagem”	607	679	11,86%
“Avaliação escolar”	133	158	18,80%
“Projeto político-pedagógico” OR “Projeto pedagógico da escola”	961	1063	10,61%
“Avaliação da aprendizagem” OR “Avaliação escolar”	716	808	12,85%
(“Projeto político-pedagógico” OR “Projeto pedagógico da escola”) AND (“Avaliação da aprendizagem” OR “Avaliação escolar”)	38	44	15,79%

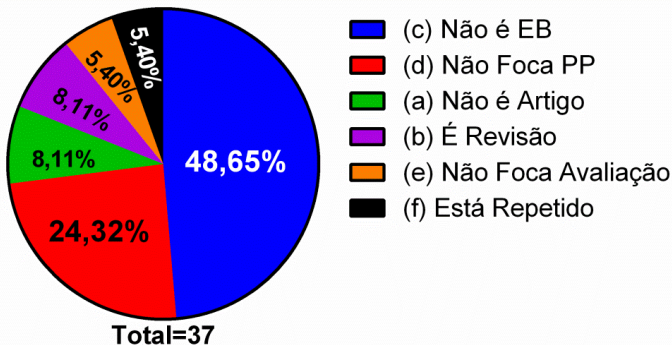
Não despreveremos os resultados das etapas seguintes à primeira execução da pesquisa, incluindo o número de artigos aprovados preliminarmente na primeira aplicação dos critérios de exclusão que, em seguida foram lidos na íntegra e o número de artigos aprovados definitivamente após tal leitura, pois os resultados quantitativos são idênticos aos obtidos pela pesquisa seguinte, realizada em julho de 2019. Os resultados iniciais obtidos pela segunda pesquisa com a pesquisa pelos descritores já citados e a sua comparação com os resultados prévios obtidos na primeira pesquisa estão evidenciados na Tabela 2.

Nessa segunda realização da pesquisa, podemos perceber aumento de mais de 10% no número de correspondências para todas as formatações de descritores e variáveis booleanas utilizadas, com exceção do descritor “Projeto pedagógico da escola”, que teve um aumento de apenas 3,85% de ocorrências. Em virtude dessa diferença de padrão ocorrida apenas nessa situação, acreditamos ser possível que o descritor indicado esteja em desuso no momento. Além disso, apesar de ter desenvolvido um crescimento relativo maior que as pesquisas sobre cada temática em particular (15,79%, contra 12,85% em avaliação e 10,61% em projeto pedagógico) podemos perceber que os trabalhos com interface entre os descritores relativos ao projeto pedagógico e aqueles relativos à avaliação continuam representando uma fatia pouco expressiva dos trabalhos que abordam cada uma em particular (somente 5,44% e 4,14% das pesquisas sobre avaliação e sobre projeto pedagógico, respectivamente).

O fato da baixa representatividade das pesquisas com interlocução das duas áreas, percebido em ambas as realizações das pesquisas, vai de encontro à percepção de inúmeros estudos (FERNANDES, 2006; LUCKESI, 2005; 2011; SILVA; HOFFMANN; ESTEBAN, 2003;) os quais trazem que a ação pedagógica (incluindo a etapa de planejamento) deve ser permeada pela avaliação e, conseqüentemente, pressupõe a sólida interface entre avaliação da aprendizagem e projeto político-pedagógico, fato também sinalizado pelas Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica (BRASIL, 2010).

Na primeira aplicação dos critérios de exclusão, efetuada a partir da leitura dos resumos dos quarenta e quatro trabalhos resultantes e, em seguida, de reunião de consenso entre os pesquisadores, excluímos trinta e sete, por seis motivos diferentes: (a) os trabalhos não são artigos; (b) os trabalhos são revisões da literatura; (c) os trabalhos não estão relacionados à Educação Básica (EB); (d) os trabalhos não analisam o projeto pedagógico (PP); (e) os trabalhos não analisam a avaliação da aprendizagem em projeto pedagógico; e (f) trabalhos idênticos repetidos. As quantidades de ocorrência de cada critério de exclusão estão dispostas na Figura 2.

Figura 2: Quantidade de exclusões por critério de exclusão identificado



Com base nos resultados obtidos, podemos perceber os principais critérios de exclusão encontrados nos resultados da pesquisa preliminar: os trabalhos não abordam a Educação Básica ou não eram focados na análise de projetos pedagógicos. A tabela 3 traz um resumo dos trabalhos excluídos na primeira aplicação de critérios, com seus autores, títulos e motivos de exclusão.

Tabela 3: Trabalhos removidos na primeira exclusão e motivos para exclusão		
AUTOR (ano de publicação)	TÍTULO	CRITÉRIO DE EXCLUSÃO
DAVID, R. (2017)	O orientador educacional e a escola: a criação de espaços de participação social e exercício da cidadania	Artigo de revisão
DIAS, O. <i>et al</i> (2012)	Transformando o processo curricular: a experiência do curso de graduação em Enfermagem da Unimontes	Não é na Educação Básica
DA PENHA, J.; DE MELO, J. (2016)	Geografia, novas tecnologias e ensino: (re) conhecendo o “lugar” de vivência por meio do uso do Google Earth e Google Maps	Não analisa o PPP
BENI, P. <i>et al</i> (2017)	Processo de ensino-aprendizagem e a interação de professores e alunos em um curso de graduação em Administração de Empresas	Não é na Educação Básica
OLIVEIRA, C.; VASCONCELLOS, M. (2011)	A formação pedagógica institucional para a docência na educação superior	Não é na Educação Básica
GOMES, E.; PAIVA, G.; GARCIA, L. (2016)	Avaliação do trabalho da equipe técnico-pedagógica da Diretoria de Gestão e Tecnologia da Informação do <i>campus</i> Natal – Central do IFRN: desafios e perspectivas	Não é na Educação Básica
DA SILVA, M. (2017)	Educação comparada: uma análise dos Currículos prescritos de Matemática de Brasil e México	Não analisa o PPP
SILVA, J.; GRZEBIELUKA, D. (2015)	Educação Ambiental na escola: do Projeto Político-Pedagógico à prática docente	Não analisa avaliação da aprendizagem
NODA, M.; GALUCH, M. (2018)	Políticas públicas de educação no Ensino Básico do estado do Paraná: da dívida social à formação para o mercado (1980-2000)	Não analisa o PPP
ARAÚJO, S.; GUIMARÃES, I. (2015)	O ensino de Geografia em cursos de Pedagogia à distância	Não é na Educação Básica
OLIVEIRA, G.; RODRIGUES, K.; FREITAS, M. (2018)	Concepções de docentes sobre o uso de metodologias ativas da aprendizagem: um enfoque na formação de enfermeiros	Não é na Educação Básica
BELOTI, A.; JUNG, N. (2017)	“Interlocutor professor”: discursos de escrita e reescrita de professores em formação inicial	Não analisa o PPP

SANTANA, Q.; SCHUVARTZ, M.; DE OLIVEIRA NETO, J. (2017)	(Re)Planejando aulas de Ciências: o contexto de um Centro de Atendimento Socioeducativo de Goiânia	Não analisa o PPP
PIMENTEL, S.; NASCIMENTO, L. (2016)	A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora	Não analisa avaliação da aprendizagem
VIANA, J.; DA SILVA, L.; ARAUJO, M. (2016)	Análise dos projetos pedagógicos de cursos de graduação em Enfermagem: subsídios para a qualidade da formação	Não é na Educação Básica
TENORIO, R.; VIEIRA, M. (2009)	Avaliação e sociedade: a negociação como caminho	Não é artigo
BEÇAK, R. (2016)	<i>Homeschooling</i> no Brasil: o novo judiciário e a tradição	Não analisa o PPP
SAFANELLI, Q. <i>et al</i> (2019)	Educação à distância: as características do líder aplicada ao papel do tutor no processo de ensino-aprendizagem	Não é na Educação Básica
SAFANELLI, Q. <i>et al</i> (2019)	Educação à distância: as características do líder aplicada ao papel do tutor no processo de ensino-aprendizagem	Artigo repetido
FIORAVANZO, C.; VIEIRA, A.; CLARO, J. (2016)	Avaliação e devolutiva: elementos indissociáveis no contexto do ensino superior à distância	Não é na Educação Básica
DE SOUZA, F.; HILDENBRAND, L. (2017)	Em questão, a usabilidade do site do INES	Não é na Educação Básica
DE ARAUJO, V.; GEBRAN, R.; DE BARROS, H. (2016)	Formação e práticas de docentes de um curso de graduação em Enfermagem	Não é na Educação Básica
OLIVEIRA, G.; RODRIGUES, K.; FREITAS, M. (2018)	Concepções de docentes sobre o uso de metodologias ativas da aprendizagem: um enfoque na formação de enfermeiros	Artigo repetido
ZUFFI, E. <i>et al</i> (2014)	Narrativas na formação do professor de Matemática: o caso da professora Atíria	Não analisa o PPP
OLIVEIRA, P. GEBRAN, R. (2018)	O profissional docente do Direito: refletindo sobre sua prática pedagógica	Não é na Educação Básica
DE ABREU, M.; COELHO, M.; RIBEIRO, J. (2016)	Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde	Não é na Educação Básica
CRUZ, S.; VITAL, T. (2014)	A construção da profissionalidade docente para a educação profissional: análise de concursos públicos para docente	Não é na Educação Básica
BENINI, E.; FERNANDES, M.; ARAUJO, C. (2015)	Educação à distância: configurações, políticas e contradições engendradas no trabalho docente	Não é na Educação Básica
DIAZ, F. <i>et al</i> (2009)	Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas	Não é artigo

BENINI, E.; FERNANDES, M.; ARAUJO, C. (2015)	Educação à distância: configurações, políticas e contradições engendradas no trabalho docente	Artigo repetido
OLIVEIRA, J. <i>et al</i> (2017)	Os saberes escolares em saúde na educação física: um estudo de revisão	Artigo de revisão
KAIZER, C.; SANTOLIN, C. (2016)	Conteúdos das provas de Educação Física em certames públicos dos Institutos Federais	Não é na Educação Básica
DE HOLANDA, V.; <i>et al</i> (2013)	Análise da produção científica nacional sobre a utilização de tecnologias digitais na formação de enfermeiros	Artigo de revisão
- ⁸	Educação Física escolar	Não é artigo
RODRIGUES, A.; <i>et al</i> (2013)	Projetos políticos pedagógicos e sua interface com as diretrizes curriculares nacionais de enfermagem	Não é na Educação Básica
SILVA, S. (2015)	Ensino dos jogos esportivos na Educação Física escolar: o desenvolvimento da capacidade de jogo	Não analisa o PPP
SILVA, F.; FUMES, N. (2014)	Parcerias para a Educação Física inclusiva	Não analisa o PPP

As pesquisas direcionadas ao estudo da avaliação em projetos pedagógicos estão centradas majoritariamente no Ensino Superior, em especial nas áreas da saúde e da Educação Física. Tal fato pode indicar distanciamento entre a pesquisa científica e o exercício docente no Ensino Básico, a reacender uma discussão dicotômica entre teoria e prática. Nesse sentido é importante reafirmar a posição de diversos pesquisadores (LÜDKE; DA CRUZ, 2005; MALDANER, 2013; NUNES, 2008) sobre a necessidade de se consolidar a figura do professor da Educação Básica como um pesquisador da própria prática pedagógica, articulando o ensino e a pesquisa como ações complementares. Tão importante quanto isso é buscar a compreensão das ações da escola básica, com o objetivo de fomentar o diálogo entre os pesquisadores e os sujeitos que vivem o cotidiano escolar do nível básico, ampliando suas concepções por meio da formação profissional continuada.

Tabela 3: Resultado compilado das rejeições da Revisão Sistemática

Primeira aplicação dos critérios de exclusão (37 rejeitados – 84,09%)

Motivo	Quantidade	Proporção do total
Não é de EB	17	38,64%
Sem foco em análise do PP	9	20,45%
Não é artigo	3	6,82%
É artigo de revisão	3	6,82%
Trabalho repetido	3	6,82%

⁸ Esse resultado é uma seção de revista e, por esse motivo, não tem um autor.

Sem foco em avaliação da aprendizagem	2	4,54%
TOTAL PARCIAL	37	84,09%
Segunda aplicação dos critérios de exclusão (7 rejeitados – 15,91%)		
Sem foco em análise do PP	6	13,64%
Sem foco em avaliação da aprendizagem	1	2,27%
TOTAL PARCIAL	7	15,91%
TOTAL DE TRABALHOS REJEITADOS	44	100,00%

Fonte: pesquisa dos autores

Restou-nos um total de sete artigos aprovados preliminarmente para a segunda aplicação dos critérios de exclusão, dessa vez com a leitura dos textos completos. Essa segunda leitura, contemplando os artigos na íntegra culminou na eliminação de todos eles, sendo seis (85,71%) por não possuírem estudo e análise do projeto pedagógico e o último por não analisar a avaliação da aprendizagem em PPP. Os resultados compilados por tipo de exclusão – incluindo ambas as aplicações de critérios – estão expostos na Tabela 3.

A ocorrência de, ao menos, um critério de exclusão em todos os artigos resultantes na pesquisa impediu a realização dos procedimentos previstos nas etapas (iv) e (v), que compreendiam a análise dos trabalhos aprovados definitivamente a partir da contemplação dos critérios estipulados e ausência de critérios indicados como excludentes.

Trouxe-nos certo grau de preocupação o fato de que, apesar de citar os projetos pedagógicos, mais de um terço dos trabalhos obtidos pela pesquisa (34,09%) tenham sido excluídos por não se ater à análise de Projetos Políticos Pedagógicos de escolas públicas. Diversos autores nas últimas décadas discutem sobre o grande valor do Projeto Político-Pedagógico das escolas (BETINI, 2005; GADOTTI, 2000; PADILHA, 2002; PENTEADO; GUZZO, 2010; VEIGA, 2013; VEIGA; RESENDE, 1998), em especial em virtude de sua construção ser compartilhada entre os vários atores que presenciam e fazem a educação básica na escola.

Por fim, entendemos que evitamos o viés de duplicidade de publicação ao utilizarmos o critério de exclusão de artigos repetidos, aplicado quando da leitura dos resumos dos textos resultados da aplicação da etapa (ii) do protocolo seguido. Quanto ao viés de localização, a nossa escolha pela utilização de descritores padronizados no Brased e do Portal de Periódicos da CAPES para a execução da pesquisa teve como intenção impossibilitar a ocorrência desse tipo de viés nessa pesquisa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em virtude de serem dois assuntos tão frequentemente ouvidos e debatidos em ambientes de divulgação científica em educação, causou estranheza e certo grau de preocupação a ausência – ou o silêncio – da pesquisa em educação voltada ao estudo das concepções de avaliação nesse documento tão importante que é o projeto político-pedagógico da escola básica, um terreno fértil para a reflexão sobre a práxis.

Entendemos que, em virtude da situação observada, existe necessidade de se buscar maior articulação entre os pesquisadores presentes no âmbito do nível superior e os professores e gestores imbuídos do fazer docente na educação básica. Para além dessa percepção, acreditamos ser fundamental a divulgação de trabalhos realizados no âmbito da análise de projetos político-pedagógicos na escola fundamental e média.

Em virtude dos objetivos e resultados da pesquisa, acreditamos que, apesar de termos buscado ao máximo evitar o viés de localização, existe a possibilidade de não termos encontrado trabalhos adequados aos critérios estabelecidos em consequência de que o rigor no uso de descritores padronizados ainda não é uma prática estabelecida na pesquisa em educação, prejudicando o método utilizado para localizar as publicações pertinentes à pesquisa.

O uso de mais bases de dados também pode ser uma alternativa para maior volume de resultados que alcancem os objetivos da pesquisa. Do mesmo modo, uma ampliação no número de descritores pode trazer mais correspondências de pesquisa. Ainda assim, reforçamos nossa posição de que o uso de descritores estabelecidos no Brased e a utilização do Portal de Periódicos da CAPES, que reúne diversas bases de dados de grande relevância no contexto da pesquisa científica mundial são diretrizes bastante robustas para se evitar o viés de localização.

Sugerimos, finalmente, novas reproduções dessa revisão sistemática com o intuito de captar novos potenciais artigos científicos que se enquadrem nas características buscadas, potencializando o conhecimento acerca dos assuntos pretendidos.

BAGESTERO, P. S. P.; De OLIVEIRA, F. D.; ROOS, D. H.; PUNTEL, R. L. Researches on learning assessment in political-pedagogical projects of brazilian pubic schools: a systematic review. Educação em Revista, Marília, v. 21, n. 1, p. 109-128, 2020.

Abstract: This paper is a systematic review of literature which intends to gather and analyze the national scientific publications about learning assessment and political-pedagogical project. Two reviews were carried out by the research group at different times, following the protocol provided in the Cochrane Collaboration Handbook (2011), with a consensus meeting (Segura-Muñoz *et al*, 2002) to resolve divergences between researchers. We used the descriptors presents in the Brazilian Education Thesaurus and the CAPES Journal Portal as database.

As a result, we had forty-four articles found. After reading the abstract of these papers, thirty-seven articles were rejected because they had at least one of the exclusion criteria determined (not contemplating Basic Education, not doing Political-Pedagogical Project analysis, not being articles, being review articles, being repeated and not discussing learning assessment). The remaining papers were read in full for further analysis and, because they had exclusion criteria, all were excluded. The results indicate that, despite the popularity of these subjects in discussions, seminars, meetings and education forums, the amount of scientific publications investigating the processes of production and manifestation of evaluation in the political-pedagogical projects of the elementary school is low.

Keywords: Systematic review. Political-pedagogical project. Learning assessment.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, S.; GUIMARÃES, I. O ensino de geografia em cursos de Pedagogia à distância. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 40, n. 1, jan./abr. 2015, p. 119-138. Disponível em <<https://doi.org/10.5216/ia.v40i1.28383>>.
- BARDIN, L. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BEÇAK, R. *Homeschooling* no Brasil: o novo judiciário e a tradição. In: *Conpedi Law Review*, v. 2, n. 3, jan./jun. 2016, p. 136-153. Disponível em <http://dx.doi.org/10.26668/2448-3931_conpedilawreview/2016.v2i3.298>.
- BELOTI, A.; JUNG, N. “Interlocutor Professor”: discursos de escrita e reescrita de professores em formação inicial. *Signótica*, Goiânia, v. 29, n. 2, jul./dez. 2017, p. 377-403. Disponível em <<https://doi.org/10.5216/sig.v29i2.35641>>.
- BENI, P.; BRENO, F.; VILLELA, L.; ESTEVES, R.; JONES, G.; FORTE, D. Processo de ensino-aprendizagem e a interação de professores e alunos em um curso de graduação em Administração de Empresas. *Administração: Ensino e Pesquisa*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 2, mai./ago. 2017, p. 345-374. Disponível em <<https://doi.org/10.13058/raep.2017.v18n2.565>>.
- BENINI, E.; FERNANDES, M.; ARAÚJO, C. Educação à distância: configurações, políticas e contradições engendradas no trabalho docente. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 14, n. 29, jan./abr. 2015, p.67-92. Disponível em <<https://doi.org/10.5007/2175-7984.2015v14n29p67>>.
- BETINI, G. A construção do projeto político-pedagógico da escola. *Educ@ção*, Espírito Santo do Pinhal, v. 1, n. 3, jan./dez. 2005. Disponível em <<http://ferramentas.unipinhal.edu.br/falladospinhal/include/getdoc.php?id=158&article=48&mode=pdf>>
- BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Parecer nº 11/2010, de 7 de julho de 2010. Estabelece diretrizes curriculares nacionais gerais para a educação básica. *Diário Oficial da União*. Brasília, 9 jul. 2010.
- CASP UK - Critical Appraisal Skills Programme. *CASP Qualitative Checklist*. Oxford: CASP UK, 2018. Disponível em <<https://casp-uk.net/wp-content/uploads/2018/01/CASP-Qualitative-Checklist-2018.pdf>>. Acesso em 05 jan. 2019.
- CRUZ, S.; VITAL, T. A construção da profissionalidade docente para a educação profissional: análise de concursos públicos para docente. *Holos*, Natal, v. 30, n. 2, mar./abr. 2014, p. 37-46. Disponível em <<https://doi.org/10.15628/holos.2014.1999>>.
- DA PENHA, J.; DE MELO, J. Geografia, novas tecnologias e ensino: (re)conhecendo o “lugar” de vivência por meio do uso do Google Earth e Google Maps. *Geo UERJ*, Rio de Janeiro, n. 28, jan./jun. 2016, p. 116-151.

DA SILVA, M. Educação comparada: uma análise dos Currículos prescritos de Matemática de Brasil e México. *Educação Matemática Pesquisa*, São Paulo, v. 19, n. 3, 2017, p. 328-352.

DAVID, R. O orientador educacional e a escola: a criação de espaços de participação social e exercício da cidadania. *Saberes*, Natal, v. 1, n. 17, dez. 2017, p. 138-152.

DE ABREU, M.; COELHO, M.; RIBEIRO, J. Percepção de professores universitários sobre as repercussões do seu trabalho na própria saúde. *Revista Brasileira de Pós-Graduação*, Brasília, v. 13, n. 31, mai./ago. 2016, p. 462-485.

DE ARAUJO, V.; GEBRAN, R.; DE BARROS, H. Formação e práticas de docentes de um curso de graduação em enfermagem. *Acta Scientiarum*, Maringá, v. 28, n.1, jan./mar. 2016, p. 69-79. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.4025/actascieduc.v38i1.23180>>.

DE HOLANDA, V.; PINHEIRO, A.; FERNANDES, A.; DE HOLANDA, E.; DE SOUZA, M.; DOS SANTOS, S. Análise da produção científica nacional sobre a utilização de tecnologias digitais na formação de enfermeiros. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 15, n. 4, out./dez. 2004, p. 1068-1076.

DE SOUZA, F.; HILDENBRAND, L. Em questão, a usabilidade do site do INES. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, Lousada, n. 23, set. 2017, p. 90-102. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.17013/risti.23.90-102>>.

DIAS, O.; LEITE, M.; VIEIRA, M.; MENDONÇA, J.; FIGUEIREDO, M.; Transformando o processo curricular: a experiência do curso de graduação em enfermagem da Unimontes. *Motricidade*, Ribeira de Pena, v. 9, n. S2, abr. 2012, p. 832-841. Disponível em <<https://www.redalyc.org/pdf/2730/273023568105.pdf>>.

DIAZ, F.; BORDAS, M.; GALVÃO, N.; MIRANDA, T. (orgs.). *Educação inclusiva, deficiência e contexto social: questões contemporâneas*. Salvador: EDUFBA, 2009. [online] Disponível em <<https://doi.org/10.7476/9788523209285>>.

FERNANDES, D. *Avaliação das aprendizagens: uma agenda, muitos desafios*. Lisboa: Texto Editora, 2004.

FERNANDES, D. Para uma teoria da avaliação formativa. *Revista Portuguesa de Educação*, Braga, v.19, n. 2, dez. 2006, p. 21-50.

FIORAVANZO, C.; VIEIRA, A.; CLARO, J. Avaliação e devolutiva: elementos indissociáveis no contexto do Ensino Superior à distância. *Holos*, Natal, v. 32, n. 1, jan./fev. 2016, p. 107-123. Disponível em <<https://doi.org/10.15628/holos.2016.2203>>.

GADOTTI, M. *Perspectivas atuais da educação*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GOMES, E.; PAIVA, G.; GARCIA, L. Avaliação do trabalho da equipe técnico-pedagógica da diretoria de gestão e tecnologia da informação do *campus* Natal-Central do IFRN: desafios e perspectivas. *Holos*, Natal, v. 32, n. 6, nov./dez. 2016, p. 199-216. Disponível em <<https://doi.org/10.15628/holos.2016.4372>>.

GUBA, E.; LINCOLN, Y. *Fourth generation evaluation*. London: Sage, 1989.

HIGGINS, J.; GREEN, S. *Cochrane Handbook for Systematic Reviews of Interventions*. Version 5.1.0. The Cochrane Collaboration, 2011. Disponível em <<http://handbook-5-1.cochrane.org>>.

HOFFMANN, J. *Avaliação mediadora: uma prática em construção da pré-escola à universidade*. Porto Alegre: Mediação, 1993.

KAIZER, C.; SANTOLIN, C. Conteúdos das provas de Educação Física em certames públicos dos Institutos Federais. *Educação Física em Revista*, Brasília, v. 10, n. 3, set./dez. 2016, p. 23-35. Disponível em <<https://bdtd.ucb.br/index.php/efr/article/view/9804>>.

LUCKESI, C. *Avaliação e aprendizagem escolar*. São Paulo: Cortez, 1995.

LUCKESI, C. *Avaliação da aprendizagem: componente do ato pedagógico*. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem... mais uma vez. *ABC Educatio*, São Paulo, ano 6, n. 46, jun. 2005, p. 28-29.

LUDKE, M.; DA CRUZ, G. Aproximando universidade e escola de Educação Básica pela pesquisa. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 35, n. 125, mai./ago. 2005, p. 81-109. Disponível em <http://www2.fe.usp.br/~gpef/teses/grupo_01.pdf>.

MALDANER, O. *A formação inicial e continuada de professores de Química: professores pesquisadores*. 4. ed. Ijuí: Ed. Unijuí, 2013.

NODA, M.; GALUCH, M. Políticas públicas de educação no Ensino Básico do estado do Paraná: da dívida social à formação para o mercado (1980-2000). In: *Revista HISTEDBR On-line*, Campinas, v. 18, n. 2, abr./jun. 2018, p. 545-570.

NUNES, D. Teoria, pesquisa e prática em Educação: a formação do professor pesquisador. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 34, n. 1, jan./abr. 2008, p. 97-107.

OLIVEIRA, G.; RODRIGUES, K.; FREITAS, M. Concepções de docentes sobre o uso de metodologias ativas da aprendizagem: um enfoque na formação de enfermeiros. *Revista Sustinere*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, jul./dez. 2018, p. 281-299.

OLIVEIRA, P.; GEBRAN, R. O profissional docente do Direito: refletindo sobre sua prática pedagógica. *Holos*, Natal, v. 34, n. 3, mai./jun. 2018, p. 314-336. Disponível em <<https://doi.org/10.15628/holos.2018.4206>>

OLIVEIRA, J.; DE PAIVA, A.; DE MELO, M.; BRASILEIRO, L.; SOUZA JUNIOR, M. Os saberes escolares em saúde na educação física: um estudo de revisão. *Motricidade*, Ribeira de Pena, v. 13, SI, 2017, p. 113-126.

OLIVEIRA, C.; VASCONCELLOS, M. A formação pedagógica institucional para a docência na educação superiores. *Interface: comunicação, saúde, educação*, Botucatu, v. 15, n. 39, out./dez. 2011, p. 1011-1024.

PADILHA, P. *Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PATTO, M. *A produção do fracasso escolar*. São Paulo: TA Queiroz, 1991.

PENTEADO, T.; GUZZO, R. Educação e Psicologia: a construção de um projeto político-pedagógico emancipador. *Psicologia & Sociedade*, Florianópolis, v. 22, n. 3, set./dez. 2010, p. 569-577. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a17>>.

PIMENTEL, S.; NASCIMENTO, L. A construção da cultura inclusiva na escola regular: uma ação articulada pela equipe gestora. *EccoS Revista Científica*, São Paulo, n. 39, jan./abr. 2016, p. 101-114.

RODRIGUES, A.; DE FREITAS, C.; JORGE, M.; DA SILVA, M.; DOS SANTOS, D. Projetos políticos pedagógicos e sua interface com as diretrizes curriculares nacionais de enfermagem. *Revista Eletrônica de Enfermagem*, Goiânia, v. 15, n. 1, jan./mar. 2013, p. 182-190. Disponível em <<https://doi.org/10.5216/ree.v15i1.16508>>.

SACRISTÁN, J. G. *O Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SAFANELLI, A.; DE ANDRADE, D.; BRITO, J.; KLAES, L.; EYNG, L.; ULBRITCH, V. Educação à distância: as características do líder aplicada ao papel do tutor no processo de ensino aprendizagem. *Revista Ibérica de Sistemas e Tecnologias de Informação*, Lousada, n. E17, jan. 2019, p.39-47.

SANTANA, A.; SCHUVARTZ, M.; DE OLIVEIRA NETO, J. (Re)Planejando aulas de Ciências: o contexto de um centro de atendimento socioeducativo de Goiânia. *Revista Inter Ação*, Goiânia, v. 42, n. 2, mai./ago. 2017, p. 447-465.

SAUL, A. *Avaliação emancipatória: deságio à teoria e à prática de avaliação e reformulação de currículo*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1994.

SEGURA-MUÑOZ, S.; TAKAYANAGUI, A.; DOS SANTOS, C.; SANCHEZ-SWEATMAN, O. Revisão sistemática da literatura e metanálise: noções básicas sobre seu desenho, interpretação e aplicação na área da saúde. SIMPÓSIO BRASILEIRO DE COMUNICAÇÃO EM ENFERMAGEM, 8., 2002, São Paulo. *Anais*. São Paulo, 2002. Disponível em <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=msc000000052002000200010&ing=pt&nrm=isso>.

SILVA, J.; HOFFMANN, J.; ESTEBAN, M. (orgs.). *Práticas avaliativas e aprendizagens significativas em diferentes áreas do currículo*. Porto Alegre: Mediação, 2003.

SILVA, J.; GRZEBIELUKA, D. Educação Ambiental na escola: do Projeto Político Pedagógico a prática docente. *Revista Monografias Ambientais*, Santa Maria, v. 14, n. 3, set./dez. 2015, p. 76-101. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.5902/2236130818693>>.

SILVA, S. Ensino dos jogos esportivos na Educação Física escolar: o desenvolvimento da capacidade de jogo. *Revista Brasileira de Ciência e Movimento*, Brasília, v. 23, n. 1, jan./mar. 2015, p. 95-103. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.18511/rbcm.v23i1.4976>>.

SILVA, F.; FUMES, N. Parcerias para a Educação Física inclusiva. *Revista Portuguesa de Ciências do Desporto*, Porto, n. S1A, 2014, p. 575-586.

TENORIO, R.; VIEIRA, M. (orgs). *Avaliação e sociedade: a negociação como caminho*. Salvador: EDUFBA, 2009. [online] Disponível em <<https://doi.org/10.7476/9788523209346>>.

VEIGA, I (Org.). *Projeto político-pedagógico da escola: uma construção possível*. 29. ed. Campinas: Papirus, 2013.

VEIGA, I.; RESENDE, L (orgs.). *Escola: espaço do projeto político-pedagógico*. Campinas: Papirus, 1998.

VIANA, J.; DA SILVA, L.; ARAUJO, M. Análise dos projetos pedagógicos de cursos de graduação em enfermagem: subsídios para a qualidade da formação. *Revista de Enfermagem da UFPE*, Recife, v. 10, n. 8, ago. 2016, p. 3124-3136.

VILLAS BOAS, B. *As práticas avaliativas e a organização do trabalho pedagógico*. 1993. 471 p. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação da UNICAMP. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.

ZUFFI, E.; DEGRAVA, C.; UTSUMI, M.; PRADO, E. Narrativas na formação do professor de matemática: o caso da professora Atíria. *Bolema*, Rio Claro, v. 28, n. 49, ago. 2014, p. 799-819. Disponível em <<http://dx.doi.org/10.1590/1980-4415v28n49a17>>.

Recebido em: 02/11/2019.

Aprovado em: 17/03/2020.

